

MARINA

MARINA SILVA é uma jovem, pequena e frágil mulher do Acre. Trabalhou nos seringais até os 16 anos, contraindo quase todas as moléstias que atingem as pessoas que se dedicam a tal atividade. Aos 17 anos foi alfabetizada. Depois, fez vestibular para o curso de História e passou, estando hoje formada. Cumpre seu primeiro mandato no Senado, entre tantos ex-governadores e políticos tarimbados. Jamais se perturbou durante os debates. Pelo contrário: nessas ocasiões se agiganta e parece maior e mais poderosa, defendendo as causas da gente acreana ou dos brasileiros, em geral. Nessa entrevista a **Se7e Dias**, concedida aos jornalistas João Orlando Barbosa Gonçalves, Tarcísio Holanda e Rubem Azevedo Lima, demonstrou, amplamente, o acer-

to do povo que a elegeu. Ela acusa o presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso de tentar, com um discurso inadequado, desvirtuar as razões do Movimento dos Sem Terra, que também considera justo e a mais importante manifestação de interesse social do País, nos últimos tempos. Marina denuncia, ainda, como antinacional, a venda da Vale do Rio Doce. Mas sua maior denúncia está implícita na presença da própria senadora na cena política brasileira. Já imaginaram os leitores quantos milhões de brasileiros poderiam prestar grandes serviços ao País, com brilho igual ao de Marina, se não estivessem mergulhados no analfabetismo, por omissão de nossas autoridades? Leiam a entrevista de Marina, uma senadora fora de série.

Que acha da perspectiva de invasão da Amazônia por madeiras asiáticas?

— A preocupação com o ingresso dessas madeiras no Brasil, mais particularmente na Amazônia, tem-se constituído em objeto de uma série de ações. Eu, juntamente com o deputado Gilney Viana, o presidente da Comissão de Meio Ambiente de Câmara, e outros senadores, como Jefferson Peres, temos nos pronunciado muito a respeito dessa questão, no sentido de mostrar que o Brasil tem leis ambientais que devem ser cumpridas.

Quando há uma abertura, em termos de mercado, nenhuma lei proíbe os empresários asiáticos de exercerem suas atividades econômicas no Brasil. No entanto, o mecanismo de que dispomos para evitar que façam aqui o que fizeram no sudeste da Ásia, é exatamente a legislação ambiental brasileira, considerada uma das melhores do mundo. E aí nós deparamos com um problema: embora nossa legislação ambiental seja altamente eficiente, os instrumentos de fiscalização, para fazê-la cumprir, são ineficientes. Não temos, sequer, condições de controlar os madeireiros tupiniquins, os nossos madeireiros. Imagine as madeiras com o potencial das asiáticas! É uma situação delicada.

O Estado é incapaz de aplicar a legislação porque está falido? O Ibama não tem como fazer cumprir a lei?

— O Estado é impotente. O Ibama tem feito esforço no sentido de impor os instrumentos de fiscalização e controle. Mas, sua estrutura está aquém dos desafios que lhe cabem. Há problemas na ponta, principalmente na ponta, na superintendência local, que pode até contar com um superintendente esforçado, mas acaba tendo um fiscal que faz vista grossa ao que acontece. E há casos, às vezes, de corrupção, não são todos, mas existe quem se articule com os contraventores, mediante o recebimento de propinas, dentro da própria instituição de defesa do meio ambiente. No caso, seria o Ibama, segundo várias denúncias. Se há impotência por parte do governo brasileiro, a sociedade tem de ser, necessariamente, participante desse processo. Criou-se uma comissão externa, composta de deputados, da qual participo como convidada especial.

Pretendemos visitar o estado do Amazonas, nas áreas que estão sendo compradas pelas madeiras asiáticas. Existe um problema de ordem jurídica, que não conseguimos equacionar: com exceção da WTK, madeira asiática que compra diretamente suas terras. As demais estão se compondo com os ma-

deiros locais falidos. Elas repassam capital e tecnologia, mas não assumem como pessoa jurídica o investimento econômico. Então, para todos os efeitos, são empresários brasileiros, que agem como testas-de-ferro. Estamos levantando tudo isso.

Cutro trabalho que estamos fazendo, com uma entidade não-governamental de alcance internacional, "Os Amigos da Terra", é o levantamento dos malefícios que os asiáticos causaram ao meio ambiente nos países em que já estiveram. Segundo levantamento preliminar, essas madeiras usaram 60% do território dos países em que atuaram, gerando recursos que não passaram de 8% de seus respectivos PIBs nacionais, em termos de produção. Tiveram, pois, uma atividade econômica que precisou de 60% do território de um país, para o resultado econômico de apenas 8%, com danos ambientais notórios e terríveis.

Resultado insignificante em relação aos prejuízos causados...

— Exatamente. Em nosso caso, o problema é mais grave, face à importância estratégica da Amazônia, não só por seus bens econômicos que podem ser identificados, como o caso da madeira, minérios e outros. Somos a maior reserva de água doce do planeta e temos a maior megabiodiversidade da Terra. Não conhecemos nem 5% dessa biodiversidade. Hoje, laboratórios estrangeiros, sem conhecimento de nosso governo, faturam US\$ 25 milhões por ano, só com a coleta de informações junto aos nossos índios. Levadas para seus países de origem, tais informações permitem o isolamento do princípio ativo de plantas, e este, uma vez patenteado, produz remédios e royalties.

Nosso cuidado com o meio ambiente na Amazônia está ligado a questões ambientais globais, causadas pela destruição da floresta, que gera aquecimento e outros problemas. Do ponto de vista estratégico, o Brasil só pode competir com o Primeiro Mundo se explorar adequadamente seus recursos naturais, sua biodiversidade. Não podemos entregar a galinha dos ovos de ouro aos aventureiros.

Há outro dado inquietante: os índios estariam sendo instrumento dessa devastação. As corporações estrangeiras os corrompem, penetram em suas terras demarcadas e destroem quilômetros de floresta, para tirar mogno.

Onde não há cidadania, onde não há dignidade humana, em termos de saúde, educação e meios de sobrevivência, as pessoas são presas fáceis de interesses inescrupulosos. Lamentavelmente,

boa parte das nossas comunidades indígenas está abandonada à própria sorte. E, ao primeiro aventureiro que lhes promete avião, recursos, mesmo por um período curto, elas acabam sendo tentadas a aceitar tais propostas. Do ponto de vista imediato, elas lhes dão algum retorno, mas, a longo prazo, com certeza, podem comprometer-lhes a sobrevivência, econômica e culturalmente, afetando os processos em que estão envolvidas, na exploração do espaço em que vivem. Temos casos de índios que praticam o comércio de madeira, o que é altamente danoso. Mas também temos comunidades que dão o exemplo oposto e não permitem esse tipo de atividade, pois se dedicam a culturas adequadas à Amazônia, como o urucum, pupunha, cupuaçu, e conseguem um retorno de sobrevivência razoável, sem precisar lançar mão da madeira.

O PT surgiu como força política extraordinária, mas, hoje, parece estar se envolvendo em desavenças internas, sob governos que conquistou...

— Estamos quase saindo da adolescência política. O PT fez 17 anos agora. Mas o partido surgiu exatamente nos tempos da ditadura. Um partido como força sindical, principalmente sindical-operária, e, naquele momento, nosso papel, era exatamente o de contestar a ditadura, a falta de liberdade democrática, uma série de processos que fizeram com que nos afirmássemos como partido de oposição moderno. Não era um partido nos moldes dos partidos comunistas tradicionais, mas também não se criou para existir apenas nas eleições, como é o caso dos partidos de situação. O PT tem uma componente interessante: pela primeira vez em nossa história temos um partido de amplas maiorias, de massa, com um conteúdo social muito forte. E uma nuance interessante: nele temos desde intelectuais, vindos de partidos comunistas tradicionais, marxistas, leninistas, pessoas dos mais variados matizes ideológicos, e um movimento forte das comunidades eclesiais de base, das quais sou oriunda.

É uma química muito rica para se ter um produto final bem trabalhado. Acho que esse processo teve quase um movimento linear, até nós conseguirmos ganhar as primeiras prefeituras, os primeiros governos. A partir do momento em que começamos a deixar de ser pedra e nos transformamos em vitraço, isso nos impôs novos desafios. Como o de não ficar apenas no discurso contestatório. Depois da fase de denúncia e do diagnóstico dos problemas, tínhamos de passar à de apresentação de propostas, para resolvê-los. Nesse caminho talvez

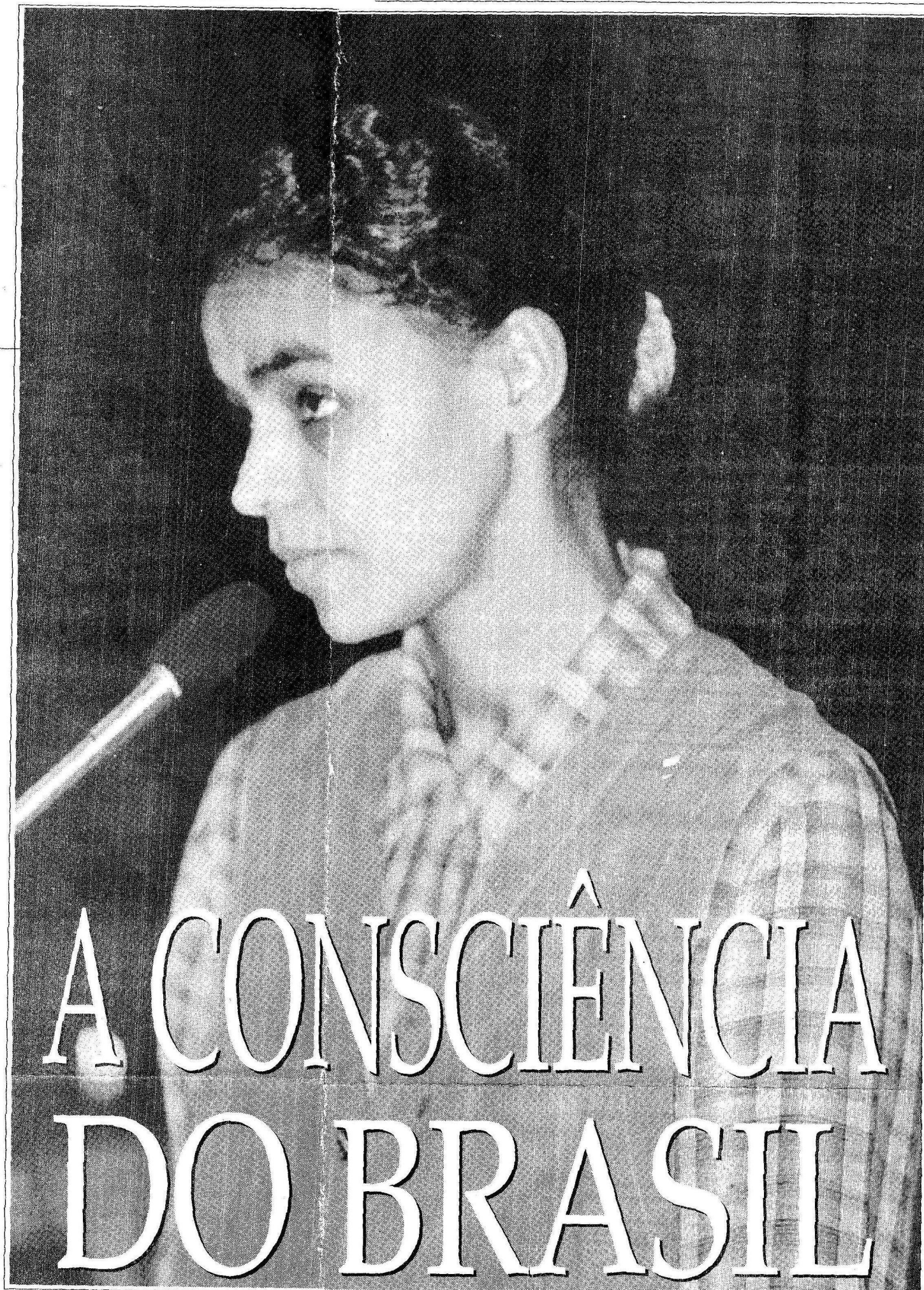
tenhamos perdido um pouco. Temos, necessariamente, de dar respostas às questões de saúde, transporte, educação... Acho que esse processo está em curso no PT. No Acre, graças a Deus, conseguimos resolver tal problema. Ali nunca houve PT contra o PT, na administração de Rio Branco, pois tínhamos problemas muito reais a resolver. Ou o partido apresentava alternativa de desenvolvimento que contemplasse a melhoria da qualidade de vida e preservasse o meio ambiente, ou não tinha futuro no Acre. Todos nós nos juntamos nesse propósito. As nossas divergências já não são sobre quem é mais marxista ou mais socialista do que o outro. Elas dizem respeito ao modo de resolvermos o problema dos seringueiros, das populações ribeirinhas. Os problemas de um estado em que o maior empregador é o poder público, mas não tem indústrias e o comércio depende, inclusive, quase apenas dos recursos estatais que nele circulam. Nosso desafio é apresentar propostas que preservem o meio ambiente e promovam o bem-estar da população acreana. Em resumo: tratar da realidade, sem perder seu referencial de análise, seu instrumental teórico. Com isso, as divergências sempre diminuirão.

Mas não é difícil conjugar essa equação: preservar o meio ambiente e garantir melhores condições de vida às populações pobres do Acre?

— Esse é o desafio feito à humanidade. Ou somos capazes de enfrentá-lo, ou não teremos futuro. Sempre digo que na Amazônia ainda existe aquilo que chamamos o dever histórico. Os países desenvolvidos conseguiram uma "alta qualidade de vida" para o seu povo, mas às custas de uma devastação fantástica do meio ambiente. O Brasil não tem como competir com os países do primeiro mundo na indústria automobilística, na computação, por processos que nos levam pelo caminho errado. Nossa grande possibilidade de pôr o pé no primeiro mundo passa pela questão do meio ambiente. Temos a Amazônia toda para mostrar ao mundo que podemos desenvolvê-la, sem destruir o meio ambiente. E já temos uma série de propostas elaboradas pelo IPA e pela UnB, que darão respostas a problemas fantásticos, gerando receita e empregos, sem qualquer destruição.

O trabalho de regeneração da parte destruída da Amazônia é fácil?

— No caso da Amazônia é complexa. No Acre, ainda temos 95% de área preservada, um alto índice. Isso não ocorreu por ação de governo, mas por dois motivos: um movimento social muito forte, liderado por Chico Mendes



— para quem a floresta não poderia ser devastada na criação de gado ou exploração de madeira — e, por outro lado, devido à falta de estradas, de estruturas, de energia elétrica... Poucos devastadores chegaram ao Acre para fazer investimentos danosos. Quando chegarem — se não houver uma proposta alternativa que oriente o processo produtivo — a devastação aparece. Em Rondônia, já temos 20% de devastação. No estado do Amazonas esse índice ainda é pequeno, comparado com o do Pará e o do Amapá. A Amazônia, mesmo com todos os males que lhe foram feitos pela pecuária, o garimpo e os grandes projetos, ainda é um espaço no qual o Brasil pode começar a desenvolver-se da forma certa. Mas tem de começar agora!

E o apoio do PT ao Movimento dos Sem-Terra e às invasões de terras?

— Esse é um dos movimentos sociais mais importantes e mais forte dos últimos anos. Considero que, sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso — em que pese a estabilização econômica e uma série de progressos — o MST foi o único movimento social capaz de se colocar para a sociedade e mostrar a chaga terrível do governo face à questão que os trabalhadores suscitam. Acho que só o fato de a sociedade brasileira ter parado para discutir a dívida agrária, que o País tem com milhões de sem-terra, já confere ao movimento um crédito fantástico, em termos da contribuição para o Brasil resolver tal problema.

E o líder do MST está sendo caçado pela Justiça...

— O que é uma grande injustiça. Eu diria que a posição do PT sempre foi de apoio ao MST, que, aliás, não segue nenhum tipo de orientação de nosso partido. Enganam-se os que pensam que

por trás dos sem-terra está a batuta do PT. Pelo contrário, entramos numa posição de apoio e em muitos momentos o MST trilha seu próprio rumo. O PT às vezes tem posições diferentes. Eles seguem o caminho que desejam e nós respeitamos.

A Igreja tem dado uma certa assistência?

— Sim. Ela tem participação forte nessa questão da reforma agrária e, como o MST é o único que tem feito o Governo discutir-la, a Igreja não nega apoio a movimento de importância tão fundamental para ela. Para mim, uma das coisas mais bonitas que vi foi o discurso do senador Darcy Ribeiro, sobre o movimento dos sem-terra e manifestação idêntica do ex-ministro Celso Furtado.

É preciso lembrar que a lei parece dificultar a distribuição de terra no Brasil...

— A lei, às vezes, é feita para favorecer aos que a fazem ou para quem tem mais poder para eleger maior número de representantes identificados com seus ideais. A maioria dos sem-terra não tem tantos representantes assim mas já conseguimos instrumentos muito interessantes para a reforma agrária...

Muita gente, do governo e da própria oposição, é indiferente à situação agrária que existe no Brasil.

— Eu lamento, inclusive, que o presidente Fernando Henrique Cardoso, como sociólogo, conhecedor dos problemas legais da questão agrária, esteja dando tratamento que considero inadequado, na medida em que ele rompe o diálogo e tenta inclusive caracterizar como discurso ideológico e político um movimento que é importante para seu governo. O que foi feito de reforma agrária, sob sua presidência, é fruto da

pressão dos sem-terra. Isso é algo que ele tem de agradecer ao MST.

O governo quer privatizar a Vale do Rio Doce e é possível que mineradoras estrangeiras, como a Anglo etc., passem a explorar o subsolo da Amazônia, ficando, pois, em condições de repetir, aqui, o que fazem noutros países, levando-os a um processo de esfacelamento territorial. Isso não ameaçaria a soberania nacional?

— Privatizar a Vale é um crime contra o patrimônio da nação brasileira e, além disso, pelo que ela representa, contra a pesquisa e a tecnologia nacionais. O know how que temos seria também privatizado, perdendo-se, pois, o investimento da nossa cultura em termos tecnológicos de mineração. A Vale é detentora de várias reservas biológicas, reservas de áreas de conservação, e, quanto às riquezas minerais, nem se fala. A cada momento ela descobre novas jazidas, que seriam exploradas inadequadamente. Mas a Vale, uma empresa estatal, não se relaciona bem com as populações e com o meio ambiente da Amazônia. Temos enfrentado problemas com ela. Imagine o que não aconteceria com uma empresa estrangeira, privada, cujo objetivo é o lucro e lucro a curto prazo, muitas vezes a qualquer preço. Os problemas seriam mais graves e isso nos preocupa muito. Mas o que não queremos é que se privatize a Vale. Tanto que o senador José Eduardo Dutra tinha projeto que submetia ao Congresso qualquer proposta de privatização daquela empresa. Lamentavelmente ele foi derrotado. Com isso, entendo que o Senado abriu mão da prerrogativa de cuidar dos interesses do país.

Não lhe causa estranheza que o Presidente, um sociólogo, saiba disso e queira que a privatize-la, à revelia da